

Terça-Feira, 13 de Outubro de 2026

Vereador Ranalli é denunciado ao Ministério Público por publicação discriminatória contra nordestinos

Parlamentar enfrenta denúncia por compartilhar imagem xenófoba nas redes sociais após resultado eleitoral

O vereador Rafael Ranalli (PL), que não conseguiu se eleger deputado federal, tornou-se alvo de denúncia encaminhada à Ouvidoria do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT). A acusação refere-se ao compartilhamento de uma publicação considerada xenófoba direcionada contra nordestinos. O conteúdo foi divulgado nos stories do Instagram no dia 6 de outubro, apenas dois dias após as eleições.

A imagem divulgada retratava um mapa do Brasil com a região Nordeste substituída pela cabeça de um burro. O material permaneceu acessível por 24 horas e fazia alusão aos resultados eleitorais na região, onde o presidente Lula (PT) obteve vitória sobre Flávio Bolsonaro (PL) em todos os nove estados nordestinos no primeiro turno.

O MPMT confirmou ter recebido a manifestação e comunicou que a encaminhará para a 8ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital. Caberá a essa unidade ministerial avaliar a situação e determinar as ações cabíveis.

O parlamentar também encontra-se sob investigação pela Polícia Civil em razão de uma declaração proferida durante a sessão de 19 de maio na Câmara de Cuiabá, quando se dirigiu ao vereador Daniel Monteiro (Republicanos) utilizando linguagem ofensiva. Após o ocorrido, o vereador Guilherme Cortez (Psol-SP) acionou o Ministério Público Eleitoral solicitando medidas para que a Justiça decretasse a inelegibilidade de Ranalli.

A Polícia Civil informou que as investigações seguem em andamento, mas esclareceu que detalhes não serão divulgados para não prejudicar o prosseguimento dos trabalhos.

Paralelamente, o vereador responde a uma ação civil pública ajuizada pela Associação da Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Mato Grosso, que o acusa de disseminar conteúdo depreciativos e transfóbicos em suas redes sociais. Em junho, a juíza Celia Regina Vidotti, da Vara Especializada em Ações Coletivas, autorizou a inclusão de um novo vídeo como prova processual, supostamente divulgado em 27 de janeiro de 2026, após o ajuizamento da ação.

Outro episódio envolvendo Ranalli foi levado ao conhecimento do Ministério Público durante a sessão de 12 de maio, quando o vereador compareceu à tribuna portando um detergente da marca Ypê para criticar ironicamente uma deliberação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que havia ordenado o recolhimento de lotes do produto devido a suspeita de contaminação bacteriana.